

Um trabalho difícil

Quase metade – 46,6% – dos matriculados este ano no Ensino Fundamental já repetiram pelo menos uma de suas oito séries. Esse porcentual significa, em números absolutos, 16,7 milhões de alunos. São dados apurados em ambos os sistemas, o público e o privado, pelo Censo Escolar realizado pelo Ministério da Educação (MEC), indicando claramente baixa eficiência desse nível de ensino e acarretando uma defasagem progressiva entre idade dos alunos e a série cursada. Eis por que, ainda pelos dados do Censo Escolar, 8,5 milhões daqueles 16,7 milhões de repetentes só chegam à 8.^a série quando pela idade já deveriam estar cursando o Ensino Médio; e só o concluirão na faixa etária da clientela das universidades ou do ingresso no mercado de trabalho.

O problema é de escala nacional, atingindo, porém, proporções dramáticas nos Estados do Nordeste. As consequências são de toda ordem: o aumento dos custos, num país onde são tão limitados os recursos destinados à formação básica; o desperdício da expansão da oferta educacional antes em razão da retenção dos alunos pela repetência que em razão da demanda por novas matrículas; o adiamento da entrada no mercado de trabalho; e o desinteresse progressivo do aluno pela aprendizagem. Além, evidentemente, da evasão escolar: as estatísticas do MEC demonstram que, entre os que estão fora do sistema escolar na faixa etária de 9 a 14 anos, 67% já freqüentaram a escola.

O desafio brasileiro não é mais tanto o de garantir o acesso ao Ensino Fundamental. É sobretudo conseguir a permanência do aluno na escola, reduzindo ao máximo a diferença entre idade e série cursada, eliminando-se assim as classes superlotadas e liberando vagas para os que se encontram ainda fora da escola. É o

sentido dos programas de aceleração da aprendizagem, seja como alternativa para a simples repetência, seja para o atendimento àqueles que tiveram retardada a sua entrada na escola. E se trata de um desafio premente: os números do MEC para 1996 revelaram a existência, no Ensino Fundamental, de 5,3 milhões de jovens na faixa etária de 15 a 19 anos; sendo que um número significativo destes – 1,3 milhão – não tinha então concluído as quatro primeiras séries.

Os programas de aceleração devem atender às peculiaridades regionais. Sua elaboração e execução deve, pois, ficar a cargo dos Estados e municípios, com apoio técnico do MEC. Porque na raiz da repetência e da evasão está quase sempre o desinteresse; e este deriva de conteúdos e processos de aprendizagem desligados do universo cultural específico. Mas eles precisam priorizar a clientela que apresenta defasagem de dois anos ou mais, com relação à série freqüentada; ou seja, atacar as deficiências mais graves do fluxo escolar.

Não será trabalho para resultados espetaculares imediatos. A secretaria de Educação Fundamental do MEC, Iara Prado, calcula em um mínimo de quatro anos o tempo indispensável para que Estados e municípios consigam regularizar o fluxo escolar. Por enquanto, é ainda muito baixa a oferta de classes de aceleração: foram 1,18 milhão de vagas este ano, o que é bem pouco para o universo dos repetentes. Mas é tarefa mais inadiável, como avverte Iara Prado: “Não adianta os Estados decidirem matricular os alunos a partir dos 6 anos, se ainda não tiverem corrigido a defasagem entre a idade e a série dos que já estão estudando.” Porque pouco ou nada significa antecipar o acesso sem garantia de sua progressão.

A defasagem entre a idade do aluno e a série cursada é um problema nacional